

GRÉCIA

REPÚBLICA HELÉNICA

Chefe de Estado:

Karolos Papoulias

Chefe de Governo:

George A. Papandreu

[substituiu Kostas Karamanlis em Outubro]

abolicionista para todos os crimes

Penal de morte:

População:

11,2 milhões

Esperança de vida:

79,1 anos

Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):

5/4 por 1.000

Taxa de literacia nos adultos:

97,1 por cento

Ao longo do ano continuaram os relatos de maus-tratos por parte das forças de segurança. Um novo Decreto Presidencial privou os requerentes de asilo do direito a recurso. Houve relatos de expulsões arbitrárias de migrantes irregulares e, possivelmente, requerentes de asilo na província de Evros. Cerca de 100 pessoas ficaram desalojadas, sem acesso a serviços, na sequência do despejo forçado de uma grande número de migrantes irregulares e requerentes de asilo de um acampamento em Patras. As condições de detenção nos vários centros de detenção de imigrantes e nas prisões continuavam a causar preocupação. Ataques levados a cabo por grupos armados da oposição causaram vários feridos.

Antecedentes

Grupos armados da oposição levaram a cabo vários ataques, incluindo contra uma esquadra da polícia. Levaram também a cabo ataques à bomba: alguns contra bancos, um contra a casa de um deputado e outro contra a casa de um eurodeputado. Um polícia foi morto e outros sete ficaram feridos, três dos quais com gravidade.

Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

Causou preocupação a frequente recusa das autoridades policiais em registar os pedidos de asilo nos pontos de entrada no país, negando desta forma o acesso dos requerentes aos processos de asilo. Em Junho, um novo Decreto Presidencial (81/2009) introduziu alterações prejudiciais nos processos de determinação de asilo. Entre outras alterações, o novo decreto aboliu o Painel de Recurso, privando desta forma os requerentes de asilo do direito a contestarem efectivamente as decisões de primeira instância. A única opção passou a ser a revisão judicial dos casos pelo Conselho de Estado, que se limitava a examinar a legalidade da decisão. Em Julho, a agência da ONU para os refugiados (ACNUR) anunciou a sua decisão de não participar nos processos de asilo se não fossem introduzidas mudanças substanciais. No final do ano, o novo governo anunciou planos para reformar o processo de determinação de asilo, criar um novo Serviço de Asilo independente e abrir centros de triagem para migrantes irregulares nos pontos de entrada no país. Foram criados Comitês de Peritos para preparar propostas relacionadas com estas medidas.

Várias pessoas foram deportadas à força para países onde corriam risco de abusos graves dos direitos humanos.

■ Em Julho, 18 requerentes de asilo curdos de nacionalidade turca, incluindo quatro menores desacompanhados, foram deportados à força para a Turquia. Os polícias responsáveis pela sua detenção em Chania, Creta, tinham recusado preencher os pedidos de asilo dos quatro menores ou enviar os pedidos dos 14 adultos para as autoridades competentes.

Entre Junho e Agosto, as autoridades transferiram muitos migrantes irregulares e possíveis requerentes de asilo dos centros de detenção de imigrantes nas ilhas gregas para a região fronteiriça de Evros. ONGs locais e internacionais denunciaram casos de expulsões arbitrárias de pessoas pertencentes a estes grupos.

Em Junho, a Lei 3772/2009 determinou que a expulsão administrativa de “estrangeiros” era permitida mesmo nos casos em que os indivíduos tinham sido acusados de crimes punidos com um mínimo de três meses de prisão. Os requerentes de asilo não estavam explicitamente excluídos desta provisão. A mesma Lei aumentou o período máximo de detenção administrativa de três para seis meses com uma possível extensão até aos 18 meses em determinadas circunstâncias.

Problemas como sobrelotação e deficientes condições de higiene, bem como falta de alimentação adequada, exercício no exterior, acesso ao mundo exterior e aos cuidados de saúde, continuaram a ser registados nas instalações de detenção de imigrantes. Em Junho, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura concluiu que "as condições de detenção da grande maioria dos migrantes irregulares privados da sua liberdade na Grécia continuavam a ser inaceitáveis".

Nalgumas instalações, menores desacompanhados chegavam a ficar detidos durante dois meses e meio devido à falta de vagas nos centros de acolhimento de menores.

- Em Agosto, cerca de 150 menores desacompanhados entraram em greve de fome no centro de detenção de Pagani, na ilha de Lesbos, em protesto contra as condições de detenção. O centro foi encerrado em Novembro.

- Em Julho, um grande número de migrantes irregulares e requerentes de asilo, incluindo menores desacompanhados, foram despejados à força de um acampamento em Patras. Entre 80 e 100 pessoas ficaram desalojadas, sem acesso a água potável, instalações sanitárias ou assistência médica. No mesmo mês, cerca de 100 migrantes irregulares foram despejados à força de um tribunal abandonado em Atenas.

Os ataques racistas contra migrantes e requerentes de asilo aumentaram.

Em Dezembro foi anunciada uma proposta de lei que visava conceder a cidadania grega aos migrantes de segunda geração.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Manifestantes, advogados e jornalistas foram alegadamente maltratados pela polícia na sequência de uma manifestação em Janeiro.

- O agente especial responsável pela morte de Alexis Gregoropoulos em Dezembro de 2008 foi acusado de homicídio intencional. O segundo agente foi acusado de cumplicidade. O seu julgamento encontrava-se pendente no final do ano.

Foram relatados vários incidentes de uso excessivo da força por parte de polícia ao longo do ano. Durante os protestos de Dezembro, houve relatos de um número elevado de transferências arbitrárias de manifestantes para esquadras policiais, maus-tratos policiais contra alguns manifestantes pacíficos e de várias pessoas feridas por motos da polícia.

Ao longo do ano continuaram a surgir relatos de maus-tratos por parte das forças de segurança, principalmente contra membros de grupos vulneráveis como requerentes de asilo, migrantes e ciganos.

■ A 3 de Abril, Arivan Osman Aziz, um migrante iraquiano de etnia curda, foi gravemente espancado por um agente da guarda costeira no porto de Igoumenitsa. Acabou por morrer quatro meses depois devido aos ferimentos sofridos. A investigação do caso ainda não tinha sido concluída no final do ano.

■ Em Maio, um polícia destruiu alegadamente o Corão de um migrante sírio durante um controlo de identidade. O inquérito administrativo ao caso ainda não tinha sido concluído no final do ano. A comunidade migrante islâmica levou a cabo várias manifestações para protestar contra o incidente.

■ Em Outubro, o migrante paquistanês Mohamed Kamran Atif morreu catorze dias depois de ter sido alegadamente vítima de tortura durante a sua prisão e enquanto esteve detido na esquadra do Pireu. Foi aberta uma investigação criminal.

■ Em Outubro, vários requerentes de asilo e migrantes foram alegadamente espancados por polícias. As agressões ocorreram depois de eles terem pedido para sair de um dormitório cheio de fumo, após um protesto contra as condições e a duração da detenção no centro de detenção de Pagani, na ilha de Lesbos. Entre eles estava um jovem palestino de 17 anos, que sofreu ferimentos graves. Foi aberta uma investigação e várias testemunhas afirmaram ter sido intimidadas.

■ Teve início em Dezembro o julgamento de um polícia acusado de torturar dois detidos com choques eléctricos em Agosto de 2002.

Em Dezembro, o governo apresentou uma Proposta de Decreto Presidencial com vista a criar um Departamento responsável pela investigação dos incidentes de comportamento arbitrário por parte das forças de segurança. A independência institucional e o mandato limitado do novo órgão causaram preocupação.

Direitos dos trabalhadores

Em Junho, o juiz encarregado de investigar o ataque contra a sindicalista Konstantina Kuneva deu por concluída a investigação, sem que tivesse conseguido identificar os perpetradores. Os advogados da vítima manifestaram preocupação com a qualidade e eficácia da investigação na fase de instrução. Em Novembro, o Conselho de Delitos de Atenas ordenou a continuação da investigação.

Condições nas prisões

Houve relatos de condições de detenção desumanas e degradantes nas prisões, incluindo sobrelotação, instalações desadequadas e falta de acesso a cuidados médicos adequados. As mulheres reclusas queixaram-se de continuarem a ser sujeitas à prática de exames íntimos. Em Dezembro, foram introduzidas emendas legislativas para combater a sobrelotação e melhorar as condições nas prisões.

Objectores de consciência ao serviço militar

A actual lei de objecção de consciência continuava a não estar de acordo com os padrões europeus e internacionais. Os objectores de consciência continuaram a enfrentar discriminação e mesmo perseguição.

■ A 31 de Março, o objector de consciência Lazaros Petromelidis foi condenado pelo Tribunal Militar de Recurso de Atenas a uma pena suspensa de 18 meses de cadeia por duas acusações de insubordinação. Em 2008, o Tribunal de Primeira Instância tinha-o condenado a três anos de prisão pelas mesmas acusações.

Liberdade de expressão

Um relatório publicado em Fevereiro pelo Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa manifestava preocupação relativamente às práticas ultra-restritivas dos tribunais gregos na recusa em registar certas associações minoritárias. O relatório manifestou ainda preocupação pela ilegalização da União Turca de Xanthi. Preocupações idênticas foram manifestadas pelo Perito Independente da ONU para os Questões Relacionadas com as Minorias. Apesar destas preocupações e dos veredictos de 2008 do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, o Supremo Tribunal da Grécia confirmou em Junho a recusa do Tribunal de Recurso em registar a associação "Casa da Civilização Macedónia".

Direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais

Em Março, várias pessoas ficaram feridas num ataque homofóbico contra um bar de Atenas. Segundo as informações, a polícia e os bombeiros recusaram deslocar-se ao local, apesar de vários pedidos.

Tráfico de seres humanos

Apesar das preocupações sobre a falta de acção do governo para identificar as vítimas de tráfico, as directivas propostas por uma coligação de ONGs, incluindo a Amnistia Internacional, continuaram a não ser adoptadas. A falta de financiamento estatal levou ao encerramento de alguns abrigos para vítimas de tráfico.

Abusos contra a comunidade cigana

Embora reconhecendo as medidas especiais já adoptadas para a integração social dos ciganos, o Comité para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) manifestou em Agosto a sua preocupação relativamente aos obstáculos enfrentados pelos ciganos no acesso ao emprego, habitação, cuidados de saúde e educação.

■ Em Agosto, pelo menos 11 famílias ciganas foram ameaçadas de despejo forçado das suas casas num aterro na ilha grega de Lefkada, e foram sujeitas a outras violações do seu direito a saúde e a uma habitação adequada. No final do ano, as famílias ciganas continuavam no aterro e as autoridades locais ainda não tinham tomado medidas para transferir a comunidade cigana para acomodações alternativas adequadas.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

✉ Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Grécia em Junho.

📄 Grécia: Alegados abusos no policiamento de manifestações (EUR 25/001/2009)

📄 Grécia: Alterações propostas aos procedimentos de asilo violam flagrantemente a lei internacional (EUR 25/005/2009)

📄 Grécia: Amnistia Internacional reitera a sua grave preocupação com as condições de detenção de requerentes de asilo na sequência da decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (EUR 25/006/2009)

📄 Grécia: Amnistia Internacional condena os despejos forçados em Patras (EUR 25/007/2009)

📄 Grécia: Novos despejos forçados deixam um grande número de pessoas desalojadas (EUR 25/008/2009)

📄 Grécia: 11 famílias ciganas ameaçadas de despejo forçado (EUR 25/009/2009)

📄 Grécia: Amnistia Internacional apela ao governo para criar um mecanismo de queixas da polícia genuinamente independente e eficaz (EUR 25/011/2009)